



*Arqueologia Científica =  
Salvaguarda,  
Preservação, Divulgação*



[www.cta.ipt.pt](http://www.cta.ipt.pt)

N. 11 // dezembro 2019 // Instituto Politécnico de Tomar

**PROPRIETÁRIO**

Instituto Politécnico de Tomar - Centro das Arqueologias

**EDITORA**

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

**EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO**

Centro das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

**DIVULGAÇÃO**

Em Linha

**DIRECTORES-ADJUNTOS**

Helena Moura, Rodrigo Banha da Silva, Vasco Gil Mantas, Thierry Aubry

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Professora Catedrática Doutora Primitiva Bueno Ramírez, Universidad de Alcalá de Henares

Professor Catedrático Doutor Rodrigo Balbín Behrmann, Universidad de Alcalá de Henares

Doutor Rossano Lopes Bastos, Arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Superintendência Estadual em Santa Catarina/Brasil (IPHAN/SC)

Doutor e Livre Docente pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade De São Paulo, (MAE/USP)

Doutor Thomas W. Wyrwoll, Forschungsstelle für Archäoikonologische Theriologie und Allgemeine Felsbildkunde (FATAF) / Institut für Theriologie und Anthropologie

**DESIGN GRÁFICO**

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

**PERIODICIDADE**

Semestral

ISSN 2183- 1386

LATINDEX folio nº 23611

ANOTADA DA ERC | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores



## Índice

EDITORIAL	
Ana Cruz .....	06
ESTRANHA EPÍGRAFE NO CONCELHO DE TABUAÇO	
José d'Encarnação, José Carlos Santos.....	07
PESOS DE TEAR ROMANOS, COM GRAFITOS, PROVENIENTES DE TORRES VEDRAS	
Isabel Luna, José d'Encarnação, Luísa Batalha, Guilherme Cardoso .....	16
ANÁLISIS POR DIFRACCIÓN DE RAYOS X DE TERRA SIGILLATA PROCEDENTE UN YACIMIENTO URBANO DE VIGO (PONTEVEDRA)	
O. Lantes Suárez, R. M. Rodríguez Martínez, J. M. Vázquez Varela .....	38
INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA MURALHA MEDIEVAL/MODERNA DO CASTELO DE MIRANDA DO DOURO 2018/2019: RESULTADOS FINAIS	
Rui Pinheiro, Pedro Dâmaso .....	55
UN ARCANGELO COME <i>LIMEN</i> : IL SANTUARIO MICAELICO DEL MONTORFANO TRA STRUTTURA ARCHITETTONICA, RAPPRESENTAZIONE FIGURATIVA E SIMBIOSI DEL SEGNO GRAFFITO	
Gianfranco Massetti, Georgios Dimitriadis, Marise Campos de Souza .....	96
IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE OLINDA – PE: ASPECTOS HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS E CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL CONSTRUTIVO	
Fernando Antônio Guerra de Souza, Henry Socrates Lavalle Sullasi .....	134
TIJOLOS ARQUEOLÓGICOS AMARELOS INCOMUNS NO BAIRRO DO RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL, SÉC. XVII-XVIII	
Maria Aparecida da Silva Oliveira, Sergio Francisco Serafim Monteiro da Silva, Ana Catarina Peregrino Torres Ramos .....	154
LA DINÁMICA DE LOS CAMBIOS EN EL CENTRO ALFARERO DE GUNDIVÓS (LUGO, GALICIA, ESPAÑA)	
Alexandre Luis Vázquez-Rodríguez, José Manuel Vázquez Varela .....	173
ACTUACIONES ARQUEOLÓGICAS EN BIENES CULTURALES DE DAIMIEL (CIUDAD REAL) Y SU PROYECCIÓN PARA LA GESTIÓN DEL PATRIMONIO	
Miguel Torres Mas .....	188



## EDITORIAL

O n.º 11 da “Antrope” apresenta aos investigadores 9 artigos diferenciados, organizados diacronicamente:

1. “*Estranha Epígrafe no Concelho de Tabuaço*”, dedicado à tradução de epígrafe;
2. “*Pesos de Tear Romanos, com Grafitos, provenientes de Torres Vedras*”, dedicado a grafitos existentes em pesos de tear. Ambos se reportam ao período Romano em Portugal.

Da Galiza, o artigo 3. “*Análisis por Difracción de Rayos x de Terra sigillata Procedente un Yacimiento Urbano de Vigo (Pontevedra)*”, apresentam a investigação arqueométrica (difração de raios X da mineralogia), de *Terra sigillata* hispânica e africana cujos resultados permitem concluir a importância do porto de Vigo, enquanto ponto de comércio, entre a Península Ibérica e Marrocos, desde o Alto Império até o final da Antiguidade tardia.

4. “*Intervenção Arqueológica na Muralha Medieval/Moderna do Castelo de Miranda do Douro 2018/2019: resultados finais*”, constitui-se como uma intervenção arqueológica cujo objetivo se reflectiu na requalificação da muralha medieval/moderna do Castelo de Miranda do Douro. De Itália, com base na longa diacronia desde a Pré-História recente até aos séculos XIV e XVI, é-vos apresentado.

5. “*Un Arcangelo come limen: Il Santuario Micaelico del Montorfano tra Struttura Architettonica, Rappresentazione Figurativa e Simbiosi del Segno Graffito*”, um complexo iconográfico do santuário do Monte Sant'Angelo, no Gargano.

6. “*Igreja de Nossa Senhora das Neves do Convento de São Francisco de Olinda – PE: Aspectos Históricos, Artísticos e Caracterização do Material Construtivo*” é um artigo brasileiro, cujo conteúdo trata de um Monumento seiscentista, reconhecido com Património da Humanidade, mais propriamente o Convento de São Francisco e a Igreja de Nossa Senhora das Neves.

7. “*Tijolos Arqueológicos Amarelos incomuns no Bairro do Recife, Pernambuco, Brasil, séc. XVII-XVIII*” é também uma contribuição do Brasil integrado no Programa Monumenta, Recife (2006-2007).

8. “*La Dinámica de los Cambios en el Centro Alfarero de Gundivós (Lugo, Galicia, España)*”, demonstra-nos através da experimentação, como os tradicionais recipientes cerâmicos populares do século XX galegos, reflectiram na sua produção as crises sociais ocorridas em ambiente rural.

9. “*Actuaciones Arqueológicas en Bienes Culturales de Daimiel (Ciudad Real) y su Proyección para la Gestión del Patrimonio*”, destaca a forma como a valorização do Património na aldeia de Daimiel (Castilla-La Mancha/Espanha), realizada através da que a Câmara Municipal de Daimiel, fornece oportunidades sob vários pontos de vista. Os projectos de investigação realizados nos bens arqueológicos de Motilla del Azuer, Venta de Borondo, Puente Viejo e Caleras, são bem disso exemplo a ser seguido em toda a Península Ibérica.

Ana Cruz  
Tomar, 16 de Dezembro de 2019

**ACTUACIONES ARQUEOLÓGICAS EN BIENES CULTURALES DE  
DAIMIEL (CIUDAD REAL) Y SU PROYECCIÓN PARA LA GESTIÓN DEL  
PATRIMONIO**

**ARCHAEOLOGICAL ACTIVITIES IN CULTURAL ASSETS OF DAIMIEL  
(CIUDAD REAL) AND ITS PROJECTION FOR HERITAGE MANAGEMENT**

Recebido a 04 de setembro de 2019

Revisto a 01 de outubro de 2019

Aceite a 28 de outubro de 2019

Miguel Torres Mas

Arqueólogo  
Ayuntamiento de Daimiel, España  
[migueltorresarqueologo@gmail.com](mailto:migueltorresarqueologo@gmail.com)

## Resumen

El desarrollo de trabajos de metodología arqueológica en el municipio de Daimiel (Castilla-La Mancha/España) ha permitido a esta localidad contar con un heterogéneo legado histórico que destaca por su interés científico, su riqueza monumental y por su representatividad para la interpretación del pasado de esta región.

A este respecto, la proyección que ofrece la valorización de este patrimonio proporciona amplias posibilidades desde el punto de vista económico, social y cultural. Por esta razón, el Ayuntamiento de Daimiel, dentro de la misión de tutela que debe implicar a una institución pública, ha impulsado una línea estratégica en torno a la gestión de estos recursos. Además, debido a las características y particularidades de estos vestigios, los modelos generados necesitan de planteamientos que sean precisos, idóneos y viables para cada uno de ellos.

En este artículo presentamos los proyectos que se han realizado en los últimos años en una serie de bienes arqueológicos como la Motilla del Azuer, la Venta de Borondo, el Puente Viejo y las Caleras. Las investigaciones, labores de conservación y difusión emprendidas están significando un activo beneficioso para la dinamización y el desarrollo de este territorio, así como para el aprovechamiento y promoción de su patrimonio.

*Palabras clave:* Daimiel, Patrimonio, Investigación, Conservación e Interpretación.

## Resumo

O desenvolvimento dos trabalhos de metodologia arqueológica na aldeia de Daimiel (Castilla-La Mancha/Espanha) tem permitido que esta cidade conte com um legado histórico heterogêneo. Este legado, destaca-se pelo seu interesse científico, a sua riqueza dos monumentos e pela sua representatividade, em ordem à sua interpretação do passado desta região.

No tocante a esse interesse, a visibilidade que oferece a valorização deste património, fornece amplas oportunidades sob o ponto de vista económica, social e cultural. É por esse motivo que a Câmara Municipal de Daimiel, com base na sua missão de custódia enquanto instituição pública, quis impulsionar uma linha de estratégia no que respeita a gestão destes recursos. Além disso, como consequência das características e particularidades destes vestígios, os padrões gerados precisam de abordagens que sejam mais precisos, adequados e viáveis para cada um de eles.

Neste artigo apresentamos os projectos que foram realizados nos últimos anos numa série de bens arqueológicos nomeadamente a Motilla del Azuer, a Venta de Borondo, o Puente Viejo e as Caleras. As investigações, as tarefas de preservação e difusão levadas a cabo significam uma oportunidade de excelência para a dinamização e desenvolvimento deste território, bem como, para o aproveitamento e valorização do seu legado.

*Palavras-chave:* Daimiel, Património, Pesquisa, Investigação, Reabilitação e Interpretação.

### Abstract

The development of archaeological methodology works in the municipality of Daimiel (Castilla-La Mancha/Spain) has allowed for this town to have a heterogeneous historical legacy that stands out for its scientific interest, its monumental wealth and for its representativeness for the interpretation of the past of this region.

In this regard, the projection offered by the valuation of this heritage provides wide possibilities from an economic, social and cultural point of view. For this reason, the town hall of Daimiel, within the mission of guardianship that involves a public institution, has decided to promote a strategic line around the management of these resources. In addition, due to the characteristics of these vestiges, the models generated need approaches that are precise, suitable and viable for the reality of each of these elements.

In this article we present the projects that have been carried out in recent years in a series of archeological assets such as “Motilla del Azuer, Venta de Borondo, Puente Viejo and Las Caleras”. Their research, conservation and dissemination, that has been taken, are constituting a beneficial field for the revitalization and development of this territory, as well as for the use and promotion of this heritage

*Keywords:* Daimiel, Heritage, Investigation, Conservation, Interpretation.

## 1. Introducción. El patrimonio arqueológico y su investigación en Daimiel

El desarrollo de investigaciones arqueológicas en Daimiel (Ciudad Real, Castilla-La Mancha) ha favorecido que esta localidad cuente con un valioso legado patrimonial. Estas actuaciones han permitido identificar unos recursos excepcionales, de visible riqueza monumental y con una significativa trascendencia para la interpretación del pasado de esta región.

Los precedentes de la actividad arqueológica podemos situarlos a inicios de la década de los años 70, cuando el Instituto Laboral de la localidad comenzó con una serie de excavaciones parciales sobre el yacimiento de la Motilla del Azuer. Esta empresa primigenia permitió que en 1974 la Universidad iniciara los trabajos científicos sobre este enclave prehistórico, cuyas labores se han extendido hasta la actualidad (Nájera & Molina, 2004; Nájera, Jiménez, Molina, Delgado, & Laffranchi, 2012; Torres, 2018). La Motilla de las Cañas también fue objeto de unas pequeñas campañas entre los años 1983 y 1986 (Molina, Carrión, Blanco, Contreras, & López, 1983; Rodríguez, 2015, p. 37). Mientras, en 1999 se realizaron una serie de sondeos en el asentamiento de la Edad del Hierro Los Toriles-Casas Altas (Urbina & Urquijo, 2000), repartido entre los municipios de Daimiel y Villarrubia de los Ojos. No obstante, este yacimiento ha sufrido a lo largo del tiempo una expoliación sistemática de su contorno que ha condicionado los hallazgos registrados y su comprensión, aunque entre las evidencias recogidas sobresale la colección numismática, parte de la cual ha sido publicada por M<sup>a</sup> Paz García Garrido (1990).

En el último lustro estas iniciativas se han visto potencializadas, bien por la ampliación de proyectos como la valorización arqueológica y apertura al público de la Motilla del Azuer, o por el desarrollo de operaciones sobre nuevos elementos, como la Venta de Borondo, las Caleras y el Puente Viejo del Azuer.

Las intervenciones en torno a este campo están conformándose como un sector con amplias posibilidades desde múltiples enfoques. En cierto modo, y como se está comprobando en el caso daimieleño, se configuran como un motor de dinamización territorial, con una especial incidencia en regiones con limitaciones económicas, como las situadas el interior de la Península Ibérica. Una explotación racional del patrimonio puede proporcionar rendimientos notables como ingresos, puestos de trabajo cualificados y está asociado al consumo de unos servicios que repercute en beneficio del tejido productivo local. Igualmente, su descubrimiento representa un bagaje científico para el conocimiento de la historia de una determinada comunidad. Asimismo, las acciones de rehabilitación y puesta en valor de recursos llevan asociadas un componente cultural, ya que promueve la recuperación y revitalización de bienes culturales, además de ser una herramienta educativa activa al servicio de la sociedad que permite la percepción del pasado, tradiciones y manifestaciones materiales de las gentes que se han asentado en ese espacio a lo largo del tiempo.

En este sentido, las oportunidades que ofrece el patrimonio arqueológico y cultural desde el punto de vista social, cultural y económico ha llevado al Ayuntamiento de Daimiel a impulsar una línea estratégica para establecer una gestión adecuada del mismo, que permita aprovechar sus fortalezas, incidiendo en su estudio, conservación y difusión. Dentro de este escenario ha resultado imprescindible diseñar un modelo que sea eficaz, preciso y viable.

Por tanto, una organización, administración y explotación adecuada de estos recursos comporta un papel beneficioso para la sociedad de la que forma parte, ya que aquellos provechos obtenidos, de una u otra índole, pueden suponer un efecto “retorno” (Martínez, 2010, p. 9), que en cierta medida compense el esfuerzo relativo a la inversión que se lleva a cabo en este patrimonio. De igual manera, trasladar una imagen positiva de estos enclaves sobre la sociedad contribuye decididamente a estimular los costes para su análisis, mantenimiento y promoción.

A continuación presentamos, *grosso modo*, una serie de actuaciones que se han emprendido en los últimos años en diferentes bienes arqueológicos de Daimiel, y que en virtud de los resultados obtenidos y su proyección en la sociedad consideramos que puede ser interesante detenernos.

## 2. La Motilla del Azuer

La Motilla del Azuer, situada a unos 10 km. al este del casco urbano, constituye el mejor representante de una tipología de asentamientos singulares dentro de la Prehistoria Universal como fueron las motillas, distintivas dentro del horizonte cronocultural definido como “Edad del Bronce en La Mancha” (2200-1500 a.n.e.)”. Reciben esta denominación puesto que su abandono configuró unos montículos cónicos artificiales que predominan en la llanura manchega, imagen como resultan reconocidos actualmente en el paisaje. Corresponden con unas construcciones características y particulares de esta fase y esta región, de ahí su valor e interés científico.

El emplazamiento de estos núcleos humanos respondió a sitios nucleares donde estaba asegurado el abastecimiento de bienes que fueron críticos y esenciales para estas comunidades. Entre estos parámetros el acceso a recursos hídricos fue prioritario. Las motillas se localizaron próximas a cursos fluviales, áreas lagunares o endorreicas, así como en lugares donde alcanzar el nivel freático fue más viable según las posibilidades técnicas vigentes en aquella época (Torres, 2016, p. 54). A este respecto, un porcentaje importante de ellas se distribuyeron sobre depósitos cuaternarios aluviales, fácilmente excavables y relacionados con la red de drenaje principal. Asimismo se emplazaron en superficies que contaron con una potencial capacidad para su aprovechamiento agropecuario (Nájera & Molina, 2004, p. 208).

El inicio de las investigaciones sistemáticas en la Motilla del Azuer en 1974 por parte de la Universidad de Granada ha permitido identificar una sustancial documentación arqueológica (Martín, Blanco, Nájera & Molina, 2004; Nájera & Molina, 2004; Nájera et al., 2012), que es visible en los paramentos localizados. A grandes rasgos, estos estudios la han definido como una fortificación de planta central, a través de tres líneas murarias concéntricas distribuidas en torno a una torre central. Este recinto fortificado permitió la protección y control de productos esenciales para las gentes del Bronce, como fue el almacenamiento de grano, el estabulamiento ocasional del ganado, estancias con sentido productivo y especialmente el abastecimiento de agua a través de una estructura hidráulica emplazada en el sector oriental. Esta infraestructura, por sus dimensiones y complejidad, constituye el punto referencial de todo el monumento. De igual forma, es apreciable la forma laberíntica de los sistemas de accesos de su interior.



*Figura 1.* Imagen del pozo de la Motilla. Fuente: archivo Radio Daimiel

Al exterior se situaba el poblado, con casas de planta heterogénea, zócalo de mampostería, alzado de barro y techumbres de elementos vegetales del entorno. Buena parte de los enterramientos se situaban en este sector, dentro de un patrón muy extendido en la Península Ibérica durante esta etapa (Jiménez, Al-Oumaoui, Nájera & Molina, 2008, p. 59), aunque es posible establecer determinadas particularidades para esta necrópolis (Nájera et al., 2012).

La arquitectura de la Motilla del Azuer unida a la riqueza de su cultura material y a la excepcionalidad de estas manifestaciones, convierte a este monumento en un caso extraordinario para su análisis y observación. Esta importancia ha quedado reflejada en su catalogación en 2013 como B. I. C., con categoría de Zona Arqueológica.



*Figura 2.* Vista de la Motilla del Azuer desde el noreste. Fuente: José A. Alcázar

En virtud de estas fortalezas y las posibilidades que podía ofrecer para la población, en el año 2012 el Ayuntamiento de Daimiel decidió emprender su gestión y explotación, a través de la firma de un convenio con la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, propietaria última del yacimiento. Se trataba de aprovechar las potencialidades que ofrecía para desarrollar una experiencia que fuera positiva tanto para el ámbito arqueológico como para la sociedad de su entorno más próximo.

Para ello fue necesario habilitar el asentamiento a esta realidad. Inicialmente en 2013 se llevó a cabo un proyecto de acondicionamiento que adaptara su espacio al tránsito de visitantes, así como valorizara aquellos recursos patrimoniales que lo configuran. Entre otras operaciones, su perímetro fue limpiado y desbrozado, se rehabilitaron aquellas zonas en riesgo de colapso, fueron instalados dispositivos de seguridad, se renovó una edificación existente para albergar un Centro de Atención de Visitantes, o se realizó la mejora de los caminos de acceso a la Motilla.

Conjuntamente, se han venido efectuando operaciones que han tenido como propósito la protección de las áreas y estructuras, con la adopción de medidas para la salvaguarda de todas ellas. Fundamentalmente estas acciones se han orientado a la consolidación de muros y tramos concretos. Esta rehabilitación resultaba necesaria debido a su exposición directa y permanente a agentes erosivos externos, sobre todo ambientales y biológicos, que habían generado determinadas patologías que deterioraban su composición y suponían una grave afección para su estado de conservación. A esta situación hay que añadir las características particulares de una construcción prehistórica como ésta, con ciertas limitaciones arquitectónicas y

estructurales. Entre las alteraciones documentadas se registra la pérdida de material de los morteros originales que ocasionan desprendimientos de piedra caliza, la aparición de grietas y fisuras en la argamasa de consolidación, la falta de cohesión y disgregación de materiales, la presencia de vegetación en los paramentos, o la formación de oquedades producidas por fauna local (Angulo, 2018, p. 35). En virtud de los problemas detectados se ha producido, entre otras acciones, la sustitución del mortero de restauración erosionado, han quedado fijados mampuestos caídos o desplazados o se han realizado muros de consolidación para la retención de perfiles. La composición del mortero empleado, con una solución que se asemejara al original pero con unas características técnicas que garanticen su consistencia y perdurabilidad, ha sido de una mezcla de 1:2:1, con una medida de cal, dos de arena de río y una de tierra del entorno del asentamiento cribada, que le ha otorgado la tonalidad y textura final (*Ibidem*, p. 36).

En todo momento este tipo de intervenciones, que se vienen realizando de manera ininterrumpida desde 2014, han pretendido visibilizar y preservar aquellos elementos que forman parte del monumento, favoreciendo su riqueza patrimonial y adecuando el acceso por los itinerarios guiados configurados.

Estos planteamientos se están compaginando con estudios que permitan avanzar en la caracterización de las gentes que se asentaron en la Motilla del Azuer durante la Edad del Bronce. Así, en 2016, al igual que en este 2019, dentro de la convocatoria para “proyectos de investigación del patrimonio arqueológico y paleontológico” de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, se han subvencionado dos campañas para conocer datos exhaustivos sobre su contexto geológico, hidrogeológico, y topográfico. Además, en el proyecto de este año permitirá obtener detalles sobre la zona del poblado exterior, la menos definida hasta la actualidad. En los mismos términos, en los últimos años se ha procedido a la excavación de diferentes puntos, que entre otras consideraciones, ha permitido exhumar y documentar varios hornos en el ámbito suroccidental del recinto fortificado.

De todos modos, las labores de difusión son las que están generando una mayor intensidad en su dedicación. A este respecto, son mencionables las visitas que de manera continua se coordinan y que se efectúan en varias modalidades teniendo en cuenta las necesidades de los visitantes y la realidad patrimonial. En los mismos términos, para este año se ha puesto en marcha un sistema de realidad virtual, configurado a través de un equipo con soportes informáticos particulares que permite caminar y reconocer el yacimiento sin necesidad de desplazarse al conjunto arqueológico. Aunque esta experiencia no sustituirá a la visita *in situ*, incrementa notoriamente la accesibilidad a un enclave que por sus propias características presenta una serie de limitaciones físicas. A través de estos medios se ofrece un recorrido factible para colectivos con problemas de movilidad. De manera similar, permite ampliar el número de personas que pueden descubrir su recinto sin generar un impacto directo, favoreciendo, por tanto, su preservación.

De igual manera se han programado eventos desde una perspectiva cultural más amplia, con el objeto de dar a conocer de manera distinta la Motilla. Entre ellas se puede señalar la realización de rutas senderistas, la celebración en 2017 de un concierto a cargo del artista Ricardo Fernández del Moral que tuvo como telón de fondo el propio

yacimiento, o la organización de visitas para distintas agrupaciones daimieleñas. Así, resaltamos el programa con los centros educativos de la localidad, por el que diferentes grupos escolares recorren sus estancias. Como curiosidad, el 2 de octubre de 2018, en conmemoración del “Día Internacional de las personas con edad” tuvo lugar un itinerario guiado para unas cien personas mayores de 65 años de la ciudad.

En definitiva, todas estas iniciativas tienen como finalidad promover el estudio, preservación y divulgación de un enclave tan emblemático y fascinante como el de la Motilla del Azuer.

### 3. La Venta de Borondo

La Venta de Borondo, emplazada a unos 16 km. al sur del núcleo urbano, se identifica con uno de los testimonios más relevantes de la arquitectura vernácula manchega, como fueron las ventas de llanura. Correspondieron con unos establecimientos habilitados para el hospedaje dentro de las diferentes rutas peninsulares que estuvieron en vigencia durante el período bajomedieval-moderno, y ampliamente extendidos en esta región.

Este inmueble se trata de uno de los últimos ejemplos en la provincia de Ciudad Real que todavía mantiene aspectos de las directrices propias de este diseño. Por estas razones está catalogado como B.I.C. desde el año 2007. Debido al avanzado deterioro de su conjunto en 2016 un grupo de personas de la comarca decidió organizarse para reivindicar este monumento, para lo cual fundó la “Asociación Cultural Venta de Borondo y Patrimonio Manchego”, que entre sus objetivos prioritarios vela por la salvaguarda de esta edificación, así como por darla a conocer a la sociedad.

Tipológicamente la venta se encuentra articulada por un recinto principal de planta rectangular de dos alturas, patio interior y torreón en la esquina suroeste. Al interior se accede desde el alzado este por una puerta de doble hoja en su punto central, flanqueada por un pórtico de sillería decorado con basas, medias columnas adosadas al paramento, capitel, friso y escudo de armas en el centro del dintel, entre los que destaca la presencia de unas ménsulas con simbología de arpías o arpíos. Son los elementos decorativos más distinguidos del inmueble, aunque por desgracia algunos de ellos han desaparecido por sustracciones anónimas. Se desconoce la génesis de estas representaciones iconográficas, aunque el investigador David Cejudo (2013, p. 73) infiere que pudieron ser desplazadas desde la ermita de Nuestra Señora de Ureña, ámbito cultural situado en un paraje cercano, y que entró en decadencia a partir del siglo XVIII, hasta que quedó prácticamente en ruinas durante el siglo XIX, momento en el que pudo trasladarse a la venta. A ambos lados de la entrada existen ventanas rectangulares de proporciones verticales con rejas de hierro salientes de la fachada, así como a los dos lados sobresalen poyetes o bancos de fábrica. En líneas generales, la composición de la fachada presenta el hueco central de la puerta con dos ventanas laterales y tres vanos superiores de la cámara que coinciden aproximadamente con las oquedades inferiores. Se advierte una composición sencilla, pero en la que se distingue cierto nivel de planificación.

La entrada permite llegar al patio central que tuvo una función preferencial que establecía la distribución de los espacios. El suelo fue dispuesto por un empedrado con tierra batida. En la planta inferior fueron concebidas salas destinadas a cocinas, cuadras, almacenes y habitaciones domésticas, mientras que el piso superior, al cual se accedía mediante dos escaleras, una interior de dos tramos al noreste y otra exterior de un tramo al sureste, fue aprovechado con dormitorios y cámaras. Al suroeste se sitúa la torre, sin duda alguna el referente icónico. En origen pudo ostentar un papel estratégico como mirador que controlaba el contorno, aunque en pleno siglo XX fue ampliamente reformado para su aprovechamiento como palomar. Como consecuencia de esta variación se emplearon nidales para albergar estos animales. Estuvieron compuestos por arcaduces cerámicos y por palomares rectangulares de obra. Es ilustrativa la articulación de un sistema sobre la ventana superior meridional que permitía el tránsito de estas aves desde el exterior de forma segura.

Hacia el norte y oeste fueron erigidas una serie de infraestructuras anexas con una clara vinculación agropecuaria, formadas por cuadras, corrales y almacenes, así como por aposentos de las personas vinculadas con estas faenas. Fueron levantados con paredes de zócalo de mampostería de piedra y alzados de tapial, con una cubrición con techumbres de teja curva a dos aguas. Quedaron distribuidas a partir de dos patios de dimensiones considerables con accesos a través de dos grandes portadas de madera.

Además, al noreste del monumento, aunque exento del mismo, se documenta un palomar de construcción moderna y de características similares al definido en la última fase de la torre. De igual manera, relacionado con esta casa, a unos 25 m. hacia el norte se encuentra un pozo con noria y alberca, al estilo tradicional de los utilizados en toda la comarca.

Con respecto a la cronología, podríamos situar su génesis en torno al final del mundo medieval o inicios de la época moderna. A este respecto, la primera referencia documental de la propia venta la encontramos en las Relaciones de Felipe II, cuando aparece mencionada en la contestación 25 del término de Daimiel (Viñas & Paz, 1971, p.13). No obstante, en el paraje se localizan materiales adscribibles a la Edad del Hierro, por lo que puede inferirse una ocupación de este lugar desde tiempos pretéritos, aprovechando las condiciones favorables de este terreno para el asentamiento humano. Además la Venta tuvo una reorientación hacia finales del siglo XIX-XX, con el objetivo de transformarla para una dedicación productiva agropecuaria más intensiva (Cejudo, 2013, p. 72). Pese a las modificaciones de volúmenes con sentido práctico que esta evolución implicó, y que son perceptibles en su diseño, siguió conservando buena parte de las características arquitectónicas de la tipología inicial.

De todos modos, y pese a su representatividad patrimonial, la venta no había sido objeto de ningún tipo de proyecto arqueológico y de restauración hasta el año 2017. Hasta esa fecha únicamente son mencionables las tareas de mantenimiento realizadas por los propietarios, aunque desde hacía décadas no tenían continuidad. En ese año, y gracias a la aportación del Ayuntamiento de Daimiel, se llevó a cabo una limpieza y desbrozado perimetral de toda su superficie, así como el cierre de áreas mediante un vallado metálico, debido al más que evidente riesgo de caída de materiales por su mal estado de conservación.

La precaria situación de la venta era evidente en buena parte de su arquitectura, con lesiones especialmente notorias en sectores como la nave oeste y las cubiertas. Además, el desprendimiento progresivo de materiales en los paramentos estaba generando una pérdida de volúmenes, observables en la fachada occidental y la torre. Este daño pudo llegar a afectar a la estructura interna, constituyendo una amenaza de derrumbe definitivo. Asimismo, las filtraciones de agua habían incidido progresivamente en las murallas, con riesgo de colapso en las mismas.

Por estas razones en 2018 se decidió acometer una intervención que detuviera el deterioro detectado y permitiera una óptima recuperación del recinto. Como se ha señalado, la torre constituye el elemento icónico del conjunto, de ahí la trascendencia de actuar para garantizar su preservación. Para la ejecución del proyecto fue necesario realizar una documentación exhaustiva del estado de las estructuras, por lo que se realizó una lectura de paramentos. Además, uno de los objetivos principales fue describir aquellos materiales constructivos tradicionales, para poder respetar sus características y componentes en la nueva actuación. En todo momento se ha tratado de salvaguardar la configuración original de la venta, dentro de aquellos parámetros que ha permitido definir un legado tan singular para el patrimonio cultural castellano-manchego. La intervención se ha adaptado a las peculiaridades del edificio, por lo que el proyecto ha tratado de consolidar aquellas alteraciones manifestadas sin modificar o alterar su fisonomía.

Uno de los propósitos fundamentales de la intervención fue la rehabilitación de la torre. Para ello fue oportuno diagnosticar el estado del armazón portante de madera que conforma el interior de la cubierta. Debido a su buena conservación sólo fue necesario sustituir uno de los pares de madera. La reparación trató de reutilizar aquellos componentes originales que fuera posible, como afortunadamente así ocurrió con gran parte de las tejas. Una vez consolidado el segmento superior se procedió a restituir el muro correspondiente a su fachada occidental, ya que debido a la pérdida de volúmenes había dejado al descubierto niveles del tapial interior, lo que suponía un riesgo para el vencimiento de todo el ámbito. En la campaña también se efectuó la consolidación de la pared exterior del muro de la nave oeste, con problemas evidentes de caídas de capas, o la restitución de dos tramos de las cubiertas de las naves meridional y occidental, en los puntos de contacto con la torre, que estaba trasladando las presiones hacia los soportes de madera. Otro de los fines específicos planteados fue intentar detener el rápido deterioro que estaba provocando la caída de aleros en los sectores diagnosticados.

El mortero aplicado ha sido elaborado en las mismas proporciones registradas en los paramentos, con una mezcla con tierra del entorno, arena y cal (2:2:1), incorporando también estacas de madera a modo de cosido donde ha sido necesario. Asimismo, se ha utilizado la misma mampostería caída, mientras que en las verdugadas de ladrillos de tejar se han empleado aquellas piezas viables para su instalación. En los casos en los que no se ha podido colocar se ha incorporado elementos *ex novo*, bajo el planteamiento de presentar características similares a los existentes. El revoco final del muro se ha ejecutado con un mortero premezclado de cal hidráulica, que ha permitido una textura y tonalidad análogas a los de la construcción vernácula.



*Figura 3.* Vista de la Venta de Borondo una vez finalizado el proyecto de 2018. Fuente: Miguel Torres

Por otra parte, un esfuerzo importante de la acción estratégica sobre el recurso, dentro del plan programático de la A.C. Venta de Borondo y Patrimonio Manchego, representan las labores de difusión. Para ello de manera mensual se efectúan visitas guiadas por sus estancias. También se organiza una jornada especial para conmemorar el Día del Libro, así como actividades con diversos colectivos o centro educativo del entorno. Dentro de esta proyección destacan las iniciativas para avanzar en su interpretación, que más recientemente se han plasmado en la digitalización integral del inmueble. Este procedimiento se ha realizado por la empresa “7reasons Media” y la operadora de vuelo “A vista de RPAZ”, que han generado un modelo digital del espacio que conforma la venta, y se pueden visualizar desde la plataforma SketchFab.

Se trata de iniciativas que permiten seguir avanzando en el estudio y caracterización de este monumento, que facilite una divulgación rigurosa y abierta del mismo. A pesar de los avances logrados, todavía queda mucho recorrido por su acondicionamiento pleno, puesto que todavía son numerosos los tramos degradados que de necesitan una ejecución urgente.

Los propósitos, aunque limitados en función de las necesidades reales, se enmarcan en los esfuerzos de preservar una construcción tan excepcional, considerado uno de los últimos testimonios en pie de un legado referente en la historia de esta región.

#### 4. El Puente Viejo del Azuer

El denominado “Puente Viejo del Azuer” representa un bien patrimonial de gran simbolismo para el municipio, gracias en buena medida a su cercanía al casco urbano, localizado a una distancia de unos 500 m. hacia el norte. Se trata de una edificación erigida sobre el río Azuer, configurada por tres ojos, dentro del itinerario del camino localmente conocido como “Carril del Puente”.

A pesar de encontrarse activo en el imaginario colectivo de la población, el desarrollo de actividades arqueológicas ha sido relativamente reciente en el tiempo, comenzando en el año 2017. Además apenas se tenían datos concretos sobre el mismo, lo que orientó los primeros trabajos a obtener toda aquella información que permitiera caracterizar este inmueble. En los mismos términos, fueron emprendidas tareas que facilitarían la recuperación de sus estructuras y permitirían una valorización satisfactoria de todo su conjunto. El estado de conservación era tan precario que con anterioridad a los trabajos, en el año 2011, llegó a interrumpirse *sine die* el tránsito de vehículos motorizados por su superficie.

Para abordar su investigación existían importantes lagunas sobre el mismo, como el momento de su construcción. Una tradición local, recogida por algunos autores como Agustín García-Muñoz (1988, p. 45), afirmaba la génesis de la misma en el mundo romano, estableciendo que se trató de parte del viario de una calzada secundaria de esta etapa que atravesaría la comarca. No obstante, en la actualidad no se ha podido verificar esa hipótesis, ya que no se ha documentado la existencia de una vía perteneciente a este periodo, ni se han registrado materiales de este horizonte cronocultural en el paraje. Tampoco este puente responde a las pautas señaladas para esta tipología dentro del contexto romano regional (Durán, 2008, pp. 190-191), o peninsular (Moreno, 2004), por lo que según los datos disponibles no resulta preciso asociarlo a esta fase. Asimismo se desconocían datos sobre los procesos históricos proyectados en la edificación, posibles reparaciones en el tiempo, dimensiones completas del puente, técnicas constructivas empleadas, etc.



*Figura 4.* Imagen Puente Viejo. Fuente: Miguel Torres

En virtud de esta realidad, el Ayuntamiento de Daimiel decidió emprender un proyecto que permitiera un análisis integral y exhaustivo de esta edificación. De manera preliminar era evidente la degradación de todo su conjunto, por lo que inicialmente se efectuó una limpieza, retirada de residuos y desbrozado de todo su perímetro.

Posteriormente se procedió a la excavación manual de dos sondeos arqueológicos, en los sectores noreste y sureste. Los resultados ofrecieron observaciones muy valiosas para su interpretación. Así, en ambas catas fueron localizados vestigios pertenecientes a una calzada pretérita, muy posiblemente fechada en época contemporánea, entre finales del s. XIX y principios del s. XX, que actuó como capa de rodadura. Contaba con un pavimento de piedras calizas de pequeño tamaño trabadas con tierra apisonada. Este suelo fue rellenado con un nivel de tierra y a inicios del s. XXI con una capa de asfalto, actual superficie de circulación, decisión que generó graves problemas en el monumento al suponer "una mayor presión" sobre el mismo. La excavación precisó que el muro lateral oriental presenta mayores dimensiones a las percibidas con anterioridad, pero que había quedado colmatado por el lateral del cauce del río. A su vez, en la parte sureste del puente, oblicuo al muro meridional, se documentó una unidad muraria formada por mampuestos de piedras calizas de mediano-pequeño tamaño trabadas con argamasa de cal. Esta solución fue diseñada con la función de canalizar las aguas, ya que permitió mejorar el tránsito hacia el interior de los ojos, facilitando su continuidad y evitando su acumulación en el entorno. Mientras, en la cata sureste fueron localizados dos tramos de un enlucido de cal, aunque ya se visualizaba de manera preliminar la presencia de pequeños revocos sobre la imposta del arco meridional. Este revestimiento significó una costumbre primordial para la protección de la infraestructura, ya que evitaba el impacto directo de los agentes

erosivos ambientales. El estudio pormenorizado de este enlucido ha permitido estimar que su aplicación se trataba de un proceso constante en el tiempo, en el que incluso llegan a apreciarse las marcas de las cerdas del útil con el que fue empleado en su momento.

Por otra parte, la limpieza exhaustiva de su interior distinguió diversas patologías en su recinto, como la pérdida de volúmenes y fisonomía en espacios concretos, o el desprendimiento del mortero original y materiales pétreos. Estas lesiones implicaron la necesidad de consolidar algunas unidades. Concretamente estos trabajos se extendieron a los cuatro tajamares, el interior del intradós de los Ojos 2 y 3, el muro oblicuo localizado en los sondeos, los frentes sureste y noreste del puente, o el enlucido de cal mencionado. La rehabilitación ha respetado las practicas originales, a través del empleo de mampuestos de piedra caliza trabados con mortero de cal. La mezcla fue entonada cromáticamente con la adición de pigmento procedente de la tierra circundante, con el fin de adaptar la tonalidad al mortero tradicional y conseguir una integración más idónea. Fueron esenciales los trabajos en los tajamares, ya que se podía constatar su deficiente cuidado, con una pérdida significativa de componentes, por lo que fue imprescindible llevar a cabo una reconstrucción volumétrica de los mismos con el objetivo de devolver las funciones de carácter estructural-funcional para la que fueron diseñados. El procedimiento ha permitido completar los tramos ausentes y dotar de una base más sólida. También se han emprendido operaciones de limpieza manual mediante cepillado de las superficies internas, un llagueado en las zonas de desprendimiento, o la restitución de materiales perdidos.

Además, la campaña incluyó una investigación arqueométrica de los morteros manifestados. Se consideró el interés de aplicar una técnica que facilitara detalles sobre esta obra. El análisis fue llevado cabo por el Dr. Guirao sobre varias muestras recogidas en diferentes puntos. Para ello fueron empleadas exploraciones de difracción de rayos X, con el objetivo de determinar la composición mineralógica de la muestra, y fluorescencia de rayos, para establecer su estructura química. Los resultados obtenidos permiten señalar que la constitución es homogénea en todas ellas, por lo se trataría de una misma fábrica y establecería un misma procedencia y origen. En relación al examen químico se apreció el predominio de calcio por encima de cualquier otro elemento.

*Grosso modo*, estas conclusiones deducen que esta edificación no ha sido objeto de ningún proceso reconstructivo de envergadura durante su existencia. Por tanto, nos lleva a suponer que no habría sufrido de manera notoria impactos relativos a la fuerza hidrodinámica del río Azuer, en el que se constatan episodios de fuertes crecidas y desbordamientos de su cauce. Estos sucesos se han verificado en fechas recientes como los años 2010 y 2013, aunque se han repetido de manera circunstancial a lo largo de la historia, como por ejemplo en 1860 (García-Consuegra, 2018, p. 169). La calidad del mortero nos ofrecería a priori dos hipótesis, bien la posibilidad de obtener fácilmente este producto con estas características óptimas, quizás en los hornos de cal que estaban funcionando con relativa proximidad geográfica, o bien que en su ejecución se aplicaría una mezcla *ex professo*, y por tanto, elaborada con estas propiedades para garantizar la perdurabilidad de toda la estructura. Estudios futuros podrán ayudar en completar esta estimaciones, o en adquirir otras nuevas, incluso en establecer la cronología de este inmueble, ya que salvo tradiciones o apreciaciones no basadas en criterios científicos,

desconocemos con exactitud la fecha de construcción. En este sentido, las primeras referencias sobre este puente aparecen a finales del siglo XIX, con su inclusión en el Mapa Geográfico Nacional de 1888 (hoja 760).

De todos modos, la actividad arqueológica desarrollada en el Puente Viejo del Azuer viene motivada en la disposición del Ayuntamiento de Daimiel por revalorizar un elemento tan emblemático dentro de su término, procediendo a su comprensión e interpretación, así como reconociendo su conservación, uso y disfrute para la sociedad local. Su inclusión en rutas de senderismo dentro de programas como “Otoño por el Patrimonio” o “Descubriendo Daimiel”, confirma la atención por esta infraestructura.

## 5. Las Caleras

Se define como “caleras” a unos hornos de combustión que sirvieron para la transformación de la piedra caliza en cal. Se trató de una actividad representativa en Daimiel que ocupó a un número significativo de familias en su explotación.

A este respecto, determinados parajes del término municipal ofrecían unas condiciones idóneas para el desarrollo de esta labor. Por un lado, la posibilidad de acceder a materia prima, la piedra caliza, muy abundante en la comarca; por otro, la facilidad para obtener recursos combustibles, sobre todo masiega, enea o carrizo, plantas que se encontraban extendidas en lagunas endorreicas o en las tablas que formaban los cursos fluviales de la localidad. Estos materiales contaban con un alto poder calorífico, por lo que fueron muy considerados para su utilización en el proceso. Asimismo, y según relatan testimonio orales, también se aprovechó leña procedentes de labores agrícolas como la poda del olivo o la caña del maíz o panizo.

El emplazamiento obedeció a criterios estratégicos, situándose en las proximidades de áreas fluviales y de vías pecuarias. Esta ubicación respondió a las ventajas que suponía su cercanía al abastecimiento de recursos, así como su instalación en ámbitos de dominio público, donde su establecimiento fue más viable frente a propiedades privadas.

Por tanto, en virtud de estas ventajas naturales, y de la existencia de una importante demanda de cal para su empleo en la comarca (Jerez, 2015), favorecieron el impulso de esta industria y el levantamiento de estos dispositivos repartidos por la geografía daimieleña.

Los hornos fueron erigidos con una sección circular, de unos 2 m. de diámetros por 3 m. de altura, contruidos con mampostería de piedra caliza y revestimiento de ladrillo macizo. Al exterior contaron con un refuerzo de áridos, tierra y cenizas resultantes de las hornadas. Por norma general fueron dispuestos en grupos, aunque cada familia los utilizaba de manera individual. No obstante, en ocasiones se tiene constancia de la explotación de varios de ellos por una unidad familiar.

Un análisis tipológico permite delimitar dos sectores en su conjunto. La existencia de un tramo inferior excavado en el suelo, conocido como “caldera”, aprovechando el carácter términco que evitaba pérdidas de calor. En esta caldera se iba

depositando los componentes combustibles a través de una abertura denominada “boquilla”, situada entre dos piedras verticales, “criminales”, y una horizontal, “partera”, a modo de dintel. Mientras, sobre este punto y desde la cota de rasante del suelo, se levantaba una pared de ladrillos que eran cubierto con áridos (tierra y piedras), incluso con las propias cenizas salientes de las distintas hornadas productivas, dando el aspecto final con el que son reconocibles en el paisaje. Esta última operación facilitaba a su vez la consolidación de toda la edificación.

Junto a los hornos se distribuyeron una serie de viviendas anejas donde se desarrolló la vida de las gentes vinculadas con esta práctica. Fueron construcciones de planta rectangular de una única planta, levantadas con mampostería sin desbatar, careada, trabada con arena y enlucido de cal. La incorporación de esta capa facilitaba su mantenimiento, así como un beneficio interesante por sus propiedades aislantes e higiénicas. La cubierta quedaba cerrada con vegetación del entorno, apoyada en rollizos de madera. Es perceptible la escasa presencia de vanos, que normalmente se redujeron a la puerta y la chimenea.

La casa se encontraba integrada por dos ámbitos diferenciados funcionalmente, ya que en muchas ocasiones no aparecía ninguna delimitación física propiamente, salvo la presencia de pesebres cerrados con una cadena metálica. Uno de estos recintos, habitualmente el de mayores dimensiones, fue utilizado para el estabulamiento de animales de tiro, burros y mulas fundamentalmente. Se trataba de ganado necesario para el ejercicio de esta profesión, sobre todo para el acarreo de materias primas y la salida del producto final. Esta dedicación articulaba el perímetro, a través de la distribución de una serie de pesebres, recipientes de fábrica de piedra o ladrillo para la alimentación de las bestias. Podían aparecer adosados a las paredes o exentos. También se documentan una serie de estacas de madera que sobresalían de sus paredes y sobre las que colgaban los arreos de los animales tras desuncirlos. El otro sector de la edificación cumplía el desempeño de alojamiento de los trabajadores y familias dedicadas a la transformación de la cal. La posición central la ocupaba una chimenea que servía para el calentamiento del espacio y como hogar para cocinar, y a cuyos lados se situaban dos poyos pétreos que servían como asiento y cama. Eventualmente aparecían unos pequeños vanos en la pared interior con mobiliario de madera, las “alacenas”, y que fueron destinadas para almacenar alimentos y utensilios de carácter doméstico. De todos modos, la sobriedad caracterizaba la vida de este colectivo, con la ausencia de elementos decorativos ostentosos.



*Figura 5. Calera en paraje Las Salinas. Fuente: Miguel Torres*

El progresivo abandono de esta industria durante el último tercio del siglo XX implicó el abandono de estas edificaciones, expresando un declive que casi supuso su práctica desaparición. Este deterioro despertó el interés de la Asociación Ecologista Manchegos de Daimiel que en el año 2007 decidió promover labores para la recuperación de 15 caleras (Fernández-Infantes, 2013). No obstante, la falta de continuidad en esta empresa provocó que las patologías detectadas volvieran a manifestarse en un corto periodo de tiempo.

Fue en el año 2016 cuando el Ayuntamiento de Daimiel optó por volver a impulsar la adecuación de estos inmuebles, apostando por una valoración integral de los mismos. Las campañas se vienen realizando de manera anual, y han sido enfocadas primordialmente a limpiar y acondicionar las infraestructuras que forman parte de los hornos, incluyendo aquellas casas relacionadas con esta actividad. En líneas generales, han correspondido con operaciones que potencializan estos dispositivos, así como garantizan una conservación preventiva más efectiva.

Estas labores se están compaginando con iniciativas para dar a conocer y sensibilizar a la población con respecto a estos bienes patrimoniales. Por ejemplo se vienen organizando itinerarios de senderismo para promocionar el patrimonio cultural local, y que tiene un punto destacado en las caleras y su entorno. Asimismo, el cartel, la portada de las actas y la comunicación inaugural de las IV Jornadas de Historia de Daimiel, que tuvieron lugar en 2016, estuvieron dedicadas a estas caleras.

En definitiva, los planteamientos de valorización de estas caleras están permitiendo preservar y divulgar un patrimonio en los que se puede reconocer rasgos distintivos de una arquitectura vernácula local, asociadas a unas explotaciones

tradicionales cuyo abandono puede suponer la desaparición irreparable de unas manifestaciones vigentes durante una parte de la historia de este territorio.

## **6. Conclusiones. Perspectivas y retos del patrimonio arqueológico en Daimiel**

Las labores de investigación, rehabilitación y difusión emprendidas sobre diversos bienes arqueológicos presentes en el municipio de Daimiel han permitido identificar una representativa riqueza patrimonial que cuenta con múltiples posibilidades en su proyección.

Entre otras consideraciones, es un factor de vitalización económica para el territorio, ya que da origen a una fuente de ingresos, tanto directos como indirectos, que generan un impacto que puede resultar beneficioso para el propio patrimonio y para la población asociada al mismo. Además, su puesta en valor resulta un importante activo cultural, ya que promueve la recuperación de testimonios culturales de grupos humanos a lo largo de la historia. Igualmente es estimable por su propia utilidad como herramienta educativa que permite el conocimiento del pasado, las costumbres y las tradiciones de un lugar. Como se ha mencionado en este texto, corresponde con elementos que poseen múltiples valores y símbolos en su definición, cuestión que los convierte en únicos, singulares e irrepetibles. Por tanto, debe existir un compromiso firme para salvaguardar un legado que forma parte de la sociedad y que ha configurado las señas de identidad que describen una población.

En virtud de este escenario, el Ayuntamiento de Daimiel ha decidido impulsar una línea estratégica en torno a la valorización de su patrimonio arqueológico y cultural. En este sentido, la institución municipal tiene claro su papel de tutela del patrimonio identificado en su localidad, y que para una gestión adecuada y eficaz debe ser prioritario invertir en su estudio, preservación y difusión.

En este artículo hemos tratado de presentar el ejemplo de Daimiel, núcleo del interior de la Comunidad Autónoma de Castilla-La Mancha, como caso paradigmático de una experiencia satisfactoria en la interpretación del patrimonio. La investigación emprendida en sus yacimientos arqueológicos, la rehabilitación y conservación de estos bienes o la apuesta por su difusión, están resultando muy beneficiosos para la sociedad. Así, podemos situar las visitas organizadas que desde el año 2014 se efectúan a la Motilla del Azuer, y cuyo funcionamiento cuenta con alta satisfacción para los visitantes, la coordinación de congresos internacionales sobre la musealización y puesta en valor del patrimonio cultural como *LEGATUM 2.0*, celebrado en la ciudad en 2017 y 2018, o la planificación de rutas senderistas para dar a conocer su patrimonio natural y cultural. En los mismos términos, es relevante la puesta en marcha del programa “Descubriendo Daimiel”, continuidad del evento “Otoño por el Patrimonio”, por el que a través de diversas iniciativas trata de dar a conocer su patrimonio, y lograr que la sociedad se convierte en protagonista principal del legado presente en sus proximidades.

### Referencias

- Angulo, M<sup>a</sup> I. (2018). Conservación y restauración en el yacimiento arqueológico de la Motilla del Azuer, campañas 2015 y 2016. In *IV Jornadas de Historia de Daimiel* (pp. 31-44). Daimiel, España: Ayuntamiento de Daimiel.
- Cejudo, D. (2013). Venta de Borondo: origen y evolución hasta nuestros días. In *II Jornadas de Historia de Daimiel*. In *II Jornadas de Historia de Daimiel* (pp. 71-84). Daimiel, España: Ayuntamiento de Daimiel.
- Durán, M. (2008). Detalles constructivos de los puentes romanos y ejemplos en Castilla-La Mancha. In G. Carrasco (Coord.), *La romanización en el territorio de Castilla-La Mancha* (pp. 205-216). Cuenca, España: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- Fernández-Infantes, M. (2013). Recuperación y conservación de las caleras tradicionales de Daimiel. In *II Jornadas de Historia de Daimiel* (pp. 317-329). Daimiel, España: Ayuntamiento de Daimiel.
- García-Consuegra, M<sup>a</sup> A. (2018). Patricio Redondo y el viaje del agua. In *IV Jornadas de Historia de Daimiel* (pp. 165-179). Daimiel, España: Ayuntamiento de Daimiel
- García Fortes, S. & Flos, N. (2008). *Conservación y restauración de bienes arqueológicos*. Madrid, España: Síntesis.
- García Garrido, M<sup>a</sup> (1990). El hallazgo de Villarrubia de los Ojos. *Acta Numismática*, 20, (1990), 37-78.
- García-Muñoz, A. (1988). *Guía de Daimiel*. Ciudad Real, España: Contacto S.A.
- Jerez, O. (2015). Arquitectura popular en el Parque Nacional de Las Tablas de Daimiel. Factores explicativos, tipología y cartografía. In *III Jornadas de Historia de Daimiel* (pp. 325-342). Daimiel, España: Ayuntamiento de Daimiel.
- Jiménez Brobeil, S.A.; Al-Oumaoui, I., Nájera, T. & Molina, F. (2008). Salud y enfermedad en La Motilla del Azuer: una población de la “Edad del Bronce en La Mancha”. *Revista Española de Antropología Física* (28), 57-70.
- López-Menchero, V. (2012). *Manual para la puesta en valor del patrimonio arqueológico al aire libre*. Ediciones Trea.
- Martínez, L. (2011). Cultura y patrimonio en Castilla-La Mancha. In *Her&Mus* (4, Vol. II), 8-12.
- Martín, M., Blanco, I.; Nájera, T. & Molina, F. (2004). Actuaciones de restauración en la Motilla del Azuer (Daimiel, Ciudad Real). In R. García Huerta y J. Morales (Coords.), *La Península Ibérica en el II mil. a.C.: poblados y fortificaciones* (pp. 215-232). Cuenca, España: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

- Molina F., Carrión, F., Blanco, I., Contreras, F. & López Rozas, J. (1983). La Motilla de las Cañas (Daimiel, Ciudad Real). Campaña de 1983. *Cuadernos de prehistoria y arqueología de la Universidad de Granada*, 8, 301-324.
- Moreno, I. (2004). *Vías romanas: ingeniería y técnica constructiva*. Madrid, España: CEDEX-CEHOPU.
- Nájera, T.; Jiménez, S. A., Molina, F., Delgado, A. & Laffranchi, Z. (2012). La aplicación de los métodos de la antropología física a un yacimiento arqueológico: la Motilla del Azuer. *Cuadernos de prehistoria y arqueología de la Universidad de Granada*, 22, 149-182.
- Nájera, T. & Molina, F. (2004). Las motillas: un modelo de asentamiento con fortificación central en la Llanura Manchega. In R. García Huerta y J. Morales (Coords.), *La Península Ibérica en el II mil. a.C.: poblados y fortificaciones* (pp. 173-214). Cuenca, España: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- Rodríguez González, D. (2015). Notas sobre el poblamiento de época ibérica en Daimiel (Ciudad Real). In *III Jornadas de Historia de Daimiel* (pp. 31-44). Daimiel, España: Ayuntamiento de Daimiel
- Torres Mas, M. (2016). De motillas a poblados en altura: el poblamiento de La Mancha Occidental en el II milenio a.n.e. In F. Alía, J. Anaya, L. Mansilla, J. Sánchez (Coords.), *II Congreso Nacional Ciudad Real y su provincia* (pp. 42-61). Ciudad Real, España: Instituto de Estudios Manchegos.
- Torres Mas, M. (2018). Consideraciones generales sobre la Edad del Bronce en Daimiel y La Mancha Occidental. In *IV Jornadas de Historia de Daimiel* (pp. 45-62). Daimiel, España: Ayuntamiento de Daimiel.
- Torres Mas, M. & Fernández-Infantes, M. (2018). Rehabilitación y revalorización de Caleras en Daimiel. In *IV Jornadas de Historia de Daimiel* (pp. 15-30). Daimiel, España: Ayuntamiento de Daimiel.
- Urbina, D. & Urquijo, C. (2000). La necrópolis íbero-romana de Los Toriles-Casas Altas (Villarrubia de los Ojos). In L. Benítez (Dir.), *El patrimonio arqueológico de Ciudad Real: métodos de trabajo y actuaciones recientes* (153-166). Valdepeñas, España: Anthropos.
- Viñas, C. & Paz, R. (1971). *Relaciones histórico-geográfico-estadísticas de los pueblos de España hechas por iniciativa de Felipe II. 1575. Ciudad Real-Daimiel*. Madrid, España: CSIC.